

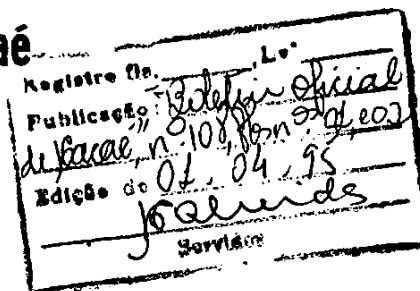


ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.594 /95



Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais.

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - CMS - em caráter permanente, com órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito Municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do CMS:

- I - definir as prioridades de saúde;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
- IV - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;
- V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;
- VI - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;

6.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

- VII - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;
- VIII - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- IX - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privado, no âmbito do SUS;
- X - convocar e organizar junto com a Secretaria Municipal de Saúde, a Conferência Municipal de Saúde;
- XI - elaborar seu Regimento Interno;
- XII - outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

##### Seção I

DA COMPOSIÇÃO *modificada pela Lei*  
*1859/92*

Art. 3º - O CMS terá a seguinte composição:

X I - do Governo Municipal:

- a) representante (s) da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) representante (s) da Secretaria Municipal de Fazenda;
- c) representante (s) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- d) representante (s) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- e) representante (s) da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Setor de Saneamento)

6



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

- X II - dos prestadores de serviços públicos e privados:
  - a) representante (s) dos prestadores privados ou contratados pelo SUS;
  - b) representante (s) dos prestadores filantrópicos contratados pelo SUS;
- III - dos trabalhadores do SUS:
  - a) representante (s) das entidades de trabalhadores do SUS;
- IV - dos centros de formação de recursos humanos para a saúde:
  - a) representante (s) das escolas, faculdades, universidades sediadas no Município.
- X V - dos Usuários:
  - a) representante (s) das entidades ou associações comunitárias;
  - b) representante (s) dos sindicatos e entidades patronais;
  - c) representante (s) dos sindicatos e entidades de trabalhadores;
  - d) representante (s) das associações de portadores de deficiências e patologias;
  - e) representante (s) de associações de aposentados;
  - f) representante (s) de associações de mulheres.

§ 1º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

*Sun* § 2º - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.

*new* § 3º - A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

6.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**Prefeitura Municipal de Macaé**  
Gabinete do Prefeito

§ 4º - O número de representantes de que trata o inciso V do presente artigo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CMS (e em número de 14 (quatorze).)

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades.

§ 1º - os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito;

§ 2º - O Secretário Municipal de Saúde é membro nato do CMS e será o seu Presidente;

§ 3º - na ausência ou impedimento do Secretário Municipal de Saúde a Presidência do CMS será assumida pelo seu Suplente.

Art. 5º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II - Os membros do CMS serão substituídos caso faltar, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou seis reuniões intercaladas no período de doze meses.

III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II  
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O CMS terá o seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - As Sessões Plenárias serão realizadas ordinariamente a cada trinta dias e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

6.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Prefeitura Municipal de Macaé

Gabinete do Prefeito

- III - Para a realização das Sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos presentes;
- IV - Cada membro do CMS terá direito a um único voto da Sessão Plenária;
- V - As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

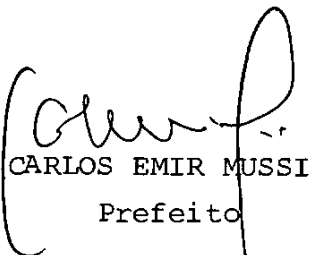
Art. 8º - As Sessões Plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Art. 9º - O CMS elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 10 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir o crédito especial para prover despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 24 de março de 1.995.

  
CARLOS EMIR MUSSI  
Prefeito

U/TA.

-01-

Para apreciação e aprovação  
do Sr. Sec. de Saúde.

18.02.95  
11:54-12

Waldo de Oliveira Vares  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º - O presente regimento regula a competência, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Macaé' (CMS/MACAÉ), órgão integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº.1594.de.24/03/95, que se regerá pela legislação federal específica, seus regulamentos e instrumentos normativos no que for aplicável.

### CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO

Art. 2º - O CMS/MACAÉ, colegiado máximo do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, exercerá funções deliberativas, normativas, e informativas, atuando na formulação de estratégia, com o objetivo de estabelecer, acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao CMS/MACAÉ, observadas as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde:

I - Deliberar sobre a formulação de estratégias e atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II- Apreciar, analisar, deliberar e controlar, no nível municipal, o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Waldo de Oliveira Vares  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

III - Aprovar, controlar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Saúde.

IV - Appreciar previamente emitindo parecer sobre o plano de aplicação compartilhada dos recursos financeiros transferidos pelos Governos Federal, Estadual, Municipal, Fundos e outras fontes, com controles individualizadas, em regime integrado de contra-partidas e consignados ao Sistema Único de Saúde.

V - Acompanhar a movimentação e requerer auditoria, quando necessário, dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde e sua contra-partidas, no âmbito municipal, apreciar e pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive do Fundo Municipal de Saúde.

VI - Appreciar as deliberações e participar do controle do Fundo Municipal de Saúde conforme art. 29 deste Regimento.

VII - Propor critérios para criar, aprovar, coordenar e supervisionar comissões necessárias ao efetivo desempenho do Conselho Municipal de Saúde.

VIII- Promover a articulação interinstitucional a fim de garantir a atenção à saúde, como direito constitucionalmente assegurado,

IX - Solicitar aos órgãos públicos, no Município, colaboração de qualquer graduação funcional, para participarem da elaboração de estudos, no esclarecimento de dúvidas, para proferir palestras técnicas ou ainda prestarem esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão a que pertencem.

X - Desenvolver gestões junto às Instituições, Entidades e Movimentos organizados no sentido de buscar compatibilizar a pesquisa científica com os interesses prioritários e epidemiológicos da população.

XI - Aprovar os critérios de controle e avaliação estabelecidos pelo gestor municipal.

Ulmo  
Ronaldo de Oliveira Viana  
Procurador Geral do Município  
Macedo - P. M. M.

XII - Avaliar parâmetros municipais quanto a política de re cursos humanos a ser seguida no âmbito do Sistema Único de Saúde.

XIII- Acompanhar a alocação e requerer auditoria, quando ne cessário dos recursos econômicos, financeiros operacionais, bem como dos recursos humanos dos órgãos institucionais integrantes' do Sistema Único de Saúde.

XIV - Estabelecer instruções e diretrizes gerais para o fun cionamento do Sistema Único de Saúde no Município.

XV - Estimular a participação e o controle popular através da sociedade civil organizada nas instâncias colegiadas gestoras das ações de saúde a nível distrital e das unidades.

XVI - Deliberar sobre as diretrizes e critérios de inclusão ou exclusão no Sistema Único de Saúde, de serviços privados, de acordo com as necessidades da população e consoante a disponibi lidade orçamentária ouvidos os órgãos técnicos da SMS.

XVII - Aprovar a programação fática e orçamentária das ati vidades ambulatoriais e hospitalares mediante prioridades, quo tas, referência e contra-referência definidas com base em dados' epidemiológicos, características demográficas e capacidade insta lada configurando a regionalizada e hierarquizada de serviços.

XVIII - Aprovar os critérios de programação dos quantitati vos de AIH, por ordem de prioridade entre prestadores públicos , filantrópicos e privados, assegurando o acesso do universo de prestadores existentes, atendidos os requisitos de qualidade e ' respeitadas as necessidades de cobertura identificadas no Plano de Saúde.

XIX - Possibilitar a ampla informação das questões de Saú de e o amplo conhecimento do Sistema Municipal de Saúde à popula ção e às instituições públicas e entidades privadas.

XX - Solicitar todas as informações de caráter e operaci

11/10  
Rivildo da Oliveira Vares  
Procurador Geral do Município  
de Mossoró - P. M. M.



e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos, de direitos público e privado, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde.

XXI - Manter audiências com dirigentes dos órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde sempre que entender necessário.

XXII - Aprovar o Regimento, a organização e o conteúdo temático da Conferência Municipal de Saúde respeitando o que dispõe a Lei.

XXIII - Apreciar quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos, dentro de sua competência.

XXIV - Deliberar sobre as propostas de Orçamento Programa da Secretaria Municipal de Saúde, segundo Planos Municipais de Saúde e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

#### CAPÍTULO IV - DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O CMS/MACAE terá composição, de acordo com a Lei Municipal nº 1.594/95 e a Lei Federal 8142/90.

§ 1º - A cada titular corresponderá um suplente representativo da entidade e/ou instituição.

§ 2º - Os representantes titulares e respectivos terão sua designação formalizada por ato do Prefeito.

§ 3º - As funções dos membros do CMS/MACAE não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante à população.

§ 4º - Farão parte como observadores convidados do CMS/MACAE ,

§ 5º - Os servidores municipais membros do CMS/MACAE quando no exercício de atividades do Conselho terão seus pontos e/ou

Ultero  
Rivaldo de Oliveira Viana  
Procurador Geral do Município  
do Macaé - P. M. M.

frequências/liberados e abonados mediante declaração comprobatória.

## CAPÍTULO V - DA INDICAÇÃO DAS ENTIDADES

### MOVIMENTOS E INSTITUIÇÕES

Art. 5º - A indicação das Entidades, Movimentos e Instituições se dará conforme a Lei Municipal nº

§ 1º - A renovação do CMS/MACAÉ dar-se-á no primeiro trimestre do ano, a cada 02 (dois) anos. A gestão eleita tomará posse na primeira Reunião do CMS/MACAÉ após sua homologação.

§ 2º - As entidades e movimentos organizados indicados para comporem o CMS/MACAÉ terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 3º - O processo de renovação bianual do CMS/MACAÉ deverá contar com amplas discussões por 03 (três) meses que antecedam a Conferência Municipal de Saúde, envolvendo o conjunto de entidades e movimentos organizados.

§ 4º - No caso de desistência, renúncia ou abandono ou extinção de mandato de conselheiros, conf. Art. 4 de alguma entidade ou movimento, a sua substituição será feita por outra entidade ou movimento do mesmo segmento, por convocação do Secretário Municipal de Saúde, aprovada pelo Colegiado Pleno e realizada através de Edital Pública, ficando o preenchimento da vaga estabelecido entre seus semelhantes excetuando-se o previsto no Art.6.

## CAPÍTULO VI - DAS INDICAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

### DOS MEMBROS REPRESENTANTES

Art. 6º - Os membros representantes titulares e suplentes dos 03 segmentos no CMS/MACAÉ deverão ser indicados expressamente mediante correspondência específica dirigida à Presidência do CMS/MACAÉ, pelo titular da instituição pública ou representante legal da entidade e/ou movimento respectivo, sendo empossados automaticamente após homologação.

*Handwritten signature*  
Mário  
Mário de Oliveira Veres  
Procurador Geral do Município  
de Mossoró - P. M. M.

§ 1º - A substituição do(s) membros (s) titular(s) ou suplente (s), sempre que entendido necessário pela instituição ou entidade representada, também se processará nos termos do "caput" deste artigo.

§ 2º - No caso de afastamento temporário ou/ definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente, com direito a voto.

§ 3º - Os membros suplentes presentes às reuniões do CMS/MACAÉ terão assegurados o direito a voz, mesmo na presença dos titulares.

## CAPÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º - O CMS/MACAÉ tem a seguinte organização:

- 1 - Colegiado Pleno
- 2 - Presidência
- 3 - Secretaria Executiva

Art. 8º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ é o órgão de deliberação superior plena e conclusiva, configurada pela reunião Ordinária ou Extraordinária dos membros dos Conselhos designados, que cumpram os requisitos de funcionamento estabelecido neste Regimento.

§ 1º - O Presidente, do CMS/MACAÉ é o Secretário Municipal de Saúde, conforme dispõe a Lei nº 1.594/95.

§ 2º - O Colegiado Pleno poderá contar com assessorias técnicas solicitadas e estabelecidas pelo Conselho com a finalidade de atender as suas necessidades de funcionamento.

§ 3º - A constituição das assessorias técnicas será estabelecida em resolução própria e deverá estar embasada na explicitação de suas finalidades, objetivos componentes, atribuições e demais regras que identifiquem claramente sua natureza.

Art. 9º - A Secretaria Executiva terá como finalidade operacionalizar as atividades do CMS/MACAÉ juntamente com o seu Presidente e terá um secretário indicado pelo Secretário Municipal de Saúde e contará com membros do CMS/MACAÉ, escolhidos /////

Ulrich  
Rivaldo de Oliveira Vares  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

§ 1º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ é soberano para substituição qualquer membro da Secretaria Executiva por ele indicado, quando necessário.

§ 2º - A Secretaria Executiva terá composição tripartide paritaria proporcional a do CMS/MACAÉ.

- 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde ;
- 01 representante dos profissionais de saúde ;
- 02 usuários.

§ 3º - A cada membro da Secretaria Executiva corresponderá um suplente.

§ 4º - A Secretaria Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada 15 (quinze) dias e, extraordinariamente, quando convocada por seus integrantes pelo CMS/MACAÉ, pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 10º - A Secretaria Executiva é a unidade de apoio administrativo de articulação técnica do Colegiado Pleno e contará com Corpo Técnico e Administrativo, integrado por Assistentes Técnicos e Pessoal Administrativo, todos de órgãos públicos, sem qualquer ônus adicional.

Art. 11º - A Secretaria Municipal de Saúde proporcionará ao CMS/MACAÉ as condições para o seu pleno e regular funcionamento e lhe dará o suporte técnico-administrativo e financeiro necessário, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados.

#### CAPITULO VIII - DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ reunir-se-á em dependências que lhe forem destinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, em reuniões ordinárias com periodicidade quinzenal por convocação do seu Presidente e extraordinariamente, quando convocado na forma regimental.

§ 1º - O CMS/MACAÉ reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias, especiais ou urgentes, quando houver:

- a - Convocação formal de 25% (vinte e cinco por cento) de seus membros titulares.

11/10  
Enaldo de Oliveira Viana  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

b - Solicitação formal do Conselho Estadual de Saúde/RJ;

c - Convocação formal do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros, em efetivo exercício considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo as atividades dirigidas pelo seu Presidente ou seu substituto. Na ausência de ambos o Colegiado Pleno designará o Presidente da sessão.

§ 3º - O CMS/MACAÉ deliberará por maioria simples dos Conselheiros em efetivo exercício nas matérias gerais e com quorum qualificado de 2/3 (dois terços) nas matérias especiais - Orçamento, Plano Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Destinação e Aplicação de Recursos e Outras Fontes, Alteração do presente Regimento e Solicitação de auditoria - considerando os suplentes que estiverem em exercício, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto.

§ 4º - Fica assegurado a cada um dos membros participantes das reuniões do CMS/MACAÉ o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação a matéria não poderá ser discutida no seu mérito.

§ 5º - Cada membro terá direito a um voto.

§ 6º - A votação será nominal.

§ 7º - Em caso de empate, a matéria será remetida para nova apreciação e persistindo o empate, o conjunto dos representantes dos usuários terá o direito ao voto de desempate.

§ 8º - As reuniões serão públicas.

Art. 14 - O CMS/MACAÉ quando entender oportuno poderá, convidar para participar de suas reuniões e atividades, técnico ou representante de instituições ou da sociedade civil organizada, desde que diretamente envolvida no (s) assunto (s) que estiver (em) sendo tratado(s).

Art. 14 - A entidade membro do CMS/MACAÉ que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas sem

11/70  
Arquivo de Oliveira Vitor  
Secretário Geral do Município  
P. M. M.  
Assessor

desistência formalizada, será substituída por outra entidade representativa do mesmo segmento, após convocação por Edital Público para preenchimento da vaga.

Parágrafo Único - No caso de afastamento temporário de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente, com direito a voto, em sendo definitivo caberá indicação de novo suplente.

Art. 15 - As questões sujeitas a análise do CMS/MACAB serão classificadas por ordem cronológica de entrada no Protocolo e distribuídas aos Conselheiros, pela Secretaria Executiva do CMS/MACAB para manifestação.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou relevância, o CMS/MACAB, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo.

Art. 16 - A sequência dos trabalhos do Colegiado Pleno e das reuniões será a seguinte:

I - verificação da presença e existência de "quorum" para instalação do Colegiado Pleno;

II - aprovação da Ata da reunião anterior;

III - leitura e despacho do expediente;

IV - ordem do dia compreendendo leitura, discussão e votação de relatórios, pareceres e resoluções;

V - organização da pauta da próxima reunião;

VI - distribuição dos processos e temas;

VII - escolha e designação dos relatores;

VIII - informações gerais.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou de relevância, o CMS/MACAB, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo.

Art. 17 - A Ordem do Dia será organizada prioritariamente com os processos apresentados para discussão acompanhados dos pareceres dos respectivos relatores, e com aqueles cuja discussão ou votação tiver sido adiada.

Ulmo  
Assinado de Oliveira  
Procurador Geral do Município  
P. M. M.

Parágrafo Único - A Ordem do Dia aprovada na sequência prevista no artigo 16, será comunicada prévia e formalmente, a todos os Conselheiros, com antecedência mínima de 07 (sete) dias para as reuniões ordinárias e de 03 (três) dias para as extraordinárias, salvo em situações emergenciais.

Art. 18 - A cada reunião do Colegiado Pleno os Conselheiros ' configurarão sua presença em livro próprio e a Secretaria do CMS/MACAÉ lavrará uma ata com exposição sucinta dos trabalhos conclusões, deliberações e resoluções a qual deverá ser entregue aos Conselheiros com antecedência e aprovada em reunião subsequente, devendo conter as posições quando solicitado.

Art. 19 - Em torno da competência estabelecida no Art. 3º, as deliberações do CMS/MACAÉ, em seu Colegiado Pleno, podem ser ' de natureza normativa, recomendativa ou deligencial.

Art. 20 - Na execução das deliberações do CMS/MACAÉ, serão observadas as seguintes disposições legais e de código de ética' indidentes na prestação de serviços assistenciais de saúde.

Art. 21 - As deliberações do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, serão materializadas em resoluções e homologadas pelo Prefeito ' municipal no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, com consequente publicação no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - As deliberações normativas do CMS/MACAÉ que impliquem na adoção de medidas administrativas da alçada privativa do Secretário, serão apreciadas pelo Secretário ou seu substituto legal e em caso de serem obstradas, deverão devolvidas à instância de origem, com exposição dos seus motivos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da deliberação.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal de Saúde não homologue as deliberações do CMS/MACAÉ, no prazo estabelecido nes-

Unio  
Atestado de Oliveira Vargas  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

neste, na reunião, devendo ser confirmada por 2/3 dos conselheiros em efetivo exercício, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, e remetido para reconsideração.

#### CAPÍTULO IX - DOS ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 22 - O Colegiado Pleno tem por atribuição avaliar e propor soluções dos problemas submetidos ao CMS/MACAÉ, conforme as competências definidas no art. 3º.

Art. 23 - As assessorias do CMS/MACAÉ, tem por atribuição pronunciar-se, emitindo parecer e recomendações sobre as matérias encaminhadas pelo Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ.

Art. 24 - A Secretaria Executiva tem por atribuição, proceder ao encaminhamento e execução de todas as providências, recomendações e decisões do CMS/MACAÉ, responsabilizando-se por:

I - Formalizar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ e de suas Comissões.

II - Organizar a pauta das reuniões junto aos membros do CMS/MACAÉ, ao final das plenárias, encaminhando-a com antecedência aos membros do CMS/MACAÉ conforme parágrafo único do art. 17.

III - Secretariar e registrar as reuniões do CMS/MACAÉ, remetendo cópia das Atas das Reuniões para os seus conselheiros.

IV - Dar ciência de todas as correspondências recebidas e expedidas.

V - Operacionalizar todos os assuntos administrativos, econômicos, financeiros e técnico-operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, dentro de suas atribuições específicas.

VI - Dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, através do relatório oferecido a cada trimestre, com dados fornecidos pelo Serviço Administrativo.

Ulmo  
Sendo de Oliveira Veran  
Gerente do Município



trimestre de cada ano com dados fornecidos pelo serviço administrativo.

VIII - Dirigir, orientar e supervisionar os serviços administrativos.

IX - Manter intercâmbio constante com as unidades do Sistema Único de Saúde, articulando os entendimentos necessários ao aprimoramento do mesmo.

Art. 25 - Aos Conselheiros compete:

I - Estudar e relatar nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem atribuídas pelo Colegiado Pleno.

II - Comparecer ao Colegiado Pleno, às Assessorias e às Comissões das quais participem, relatando processos, proferindo voto ou pareceres manifestando-se a respeito de matérias em discussão.

III - Requerer votação de matéria em regime de urgência.

IV - Desempenhar outras atribuições que lhes forem atribuídas pelo Colegiado Pleno.

V - Deliberar criação de Comissões.

VI - Deliberar sobre os pareceres emitidos pelas Comissões.

VII - Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse para a Saúde.

VIII - Fiscalizar o funcionamento de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Colegiado Pleno.

Art. 26 - Aos membros integrantes das Comissões compete examinar e relatar assuntos que lhe forem atribuídos, votar aqueles submetidos a exame e solicitar vistas daqueles assuntos distribuídos a outros membros.

Art. 27 - Ao Presidente do CMS/MACAE compete:

I - Presidir as reuniões do Colegiado Pleno.

II - Instalar as Comissões.

III - Representar o CMS/MACAE na articulação com os assessores e Coordenadores das Comissões, para fiel desempenho do

U/Na  
Procurador Geral do Município  
Macaé - P. 181. 181

desempenho do cumprimento de suas atribuições e promover medidas de origem administrativa necessárias ao seu funcionamento.

IV - Representar o CMS/MACAÉ, nos entendimentos com dirigentes dos demais órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e de outros órgãos do Poder Público, no interesse dos assuntos comuns.

V - Representar o CMS/MACAÉ, em suas relações internas e externas.

#### CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 - Ficam subordinadas à aprovação do Colegiado do CMS/MACAÉ todas as ações da Fundação e Fundos vinculados ao Governo Municipal de Niterói integrantes do Sistema Único de Saúde, conforme legislação federal específica.

Art. 29 - A Legislação, Regulamentação e Regimentos Internos das Instituições Públicas do Município de Niterói integrantes do Sistema Único de Saúde, deverão ser compatibilizadas com a Lei Orgânica de Saúde e sua regulamentação.

Art. 30 - As propostas de alteração deste regimento, para serem admitidas à discussão, deverão estar subscritas pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do CMS/MACAÉ, em efetivo exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO - Apresentada a proposta em sessão do Colegiado Pleno, serão distribuídas cópias aos conselheiros presentes, convocando-se sessão extraordinária para discussão e votação.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Considerar-se-á aprovada a proposta que alcançar a aquiescência de 2/3 (dois terços) dos membros do CMS/MACAÉ em efetivo exercício.

Art. 31 - Os casos omissos e não resolvidos por este Regimento Interno, serão supridos pelo Colegiado Pleno do CMS/NIT, ouvida a Secretaria Executiva.

Art. 32 - Este Regimento Interno, entrará em vigor na data de sua publicação, após sua aprovação pelo CMS/MACAÉ, ficando revogada qualquer disposição em contrário.

*UFRO*  
*de Oliveira Veras*  
Procurador Geral do Município  
P. M. M.

W. A. S.  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.  
R. 15  
11.11.95  
Márcio de Oliveira Vaz  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º - O presente regimento regula a competência, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Macaé (CMS/MACAÉ), órgão integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº. 1594 de 24/03/95 que se regerá pela legislação federal específica, seus regulamentos e instrumentos normativos no que for aplicável.

### CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO

Art. 2º - O CMS/MACAÉ, colegiado máximo do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, exercerá funções deliberativas, normativas, e informativas, atuando na formulação de estratégia, com o objetivo de estabelecer, acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao CMS/MACAÉ, observadas as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde:

I - Deliberar sobre a formulação de estratégias e atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II - Appreciar, analisar, deliberar e controlar, no nível municipal, o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

U. A. S.  
Márcio de Oliveira Vaz  
Procurador Geral do Município  
de Macaé - P. M. M.

III - Aprovar, controlar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Saúde.

IV - Apreciar previamente emitindo parecer sobre o plano de aplicação compartilhada dos recursos financeiros transferidos pelos Governos Federal, Estadual, Municipal, Fundos e outras fontes, com controles individualizadas, em regime integrado de contra-partidas e consignados ao Sistema Único de Saúde.

V - Acompanhar a movimentação e requerer auditoria, quando necessário, dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde e sua contra-partidas, no âmbito municipal, apreciar e pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive do Fundo Municipal de Saúde.

VI - Apreciar as deliberações e participar do controle do Fundo Municipal de Saúde conforme art. 29 deste Regimento.


VII - Propor critérios para criar, aprovar, coordenar e supervisionar comissões necessárias ao efetivo desempenho do Conselho Municipal de Saúde.

VIII - Promover a articulação interinstitucional a fim de garantir a atenção à saúde, como direito constitucionalmente assegurado,

IX - Solicitar aos órgãos públicos, no Município, colaboração de qualquer graduação funcional, para participarem da elaboração de estudos, no esclarecimento de dúvidas, para proferir palestras técnicas ou ainda prestarem esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão a que pertencem.

X - Desenvolver gestões junto às Instituições, Entidades e Movimentos organizados no sentido de buscar compatibilizar a pesquisa científica com os interesses prioritários e epidemiológicos da população.

XI - Aprovar os critérios de controle e avaliação estabelecidos pelo gestor municipal.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains the text 'Oliveira Vora' and 'Secretaria Municipal de Saúde'.

XII - Avaliar parâmetros municipais quanto a política de re cursos humanos a ser seguida no âmbito do Sistema Único de Saúde.

XIII- Acompanhar a alocação e requerer auditoria, quando ne cessário dos recursos econômicos, financeiros operacionais, bem como dos recursos humanos dos órgãos institucionais integrantes' do Sistema Único de Saúde.

XIV - Estabelecer instruções e diretrizes gerais para o fun<sup>u</sup> cionamento do Sistema Único de Saúde no Município.

XV - Estimular a participação e o controle popular através da sociedade civil organizada nas instâncias colegiadas gestoras das ações de saúde a nível distrital e das unidades.

XVI - Deliberar sobre as diretrizes e critérios de inclusão ou exclusão no Sistema Único de Saúde, de serviços privados, de acordo com as necessidades da população e consoante a disponibilidade orçamentária ouvidos os órgãos técnicos da SMS.

XVII - Aprovar a programação fática e orçamentária das ati<sup>u</sup> vidades ambulatoriais e hospitalares mediante prioridades, quo<sup>u</sup> tas, referência e contra-referência definidas com base em dados' epidemiológicos, características demográficas e capacidade insta<sup>u</sup> lada configurando a regionalizada e hierarquizada de serviços.

XVIII - Aprovar os critérios de programação dos quantitati<sup>u</sup> vos de AIH, por ordem de prioridade entre prestadores públicos, filantrópicos e privados, assegurando o acesso do universo de prestadores existentes, atendidos os requisitos de qualidade e <sup>u</sup> respeitadas as necessidades de cobertura identificadas no Plano de Saúde.

XIX - Possibilitar a ampla informação das questões de Saú<sup>u</sup> de e o amplo conhecimento do Sistema Municipal de Saúde à popula<sup>u</sup> ção e às instituições públicas e entidades privadas.

XX - Solicitar todas as informações de caráter e operaci<sup>u</sup>

U/11/70  
Divisão de Controle e Verificação  
Procedimento de Controle Municipal  
Assessoria - P. 1.1.1.1.1

e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos, de direitos público e privado, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde.

XXI - Manter audiências com dirigentes dos órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde sempre que entender necessário.

XXII - Aprovar o Regimento, a organização e o conteúdo temático da Conferência Municipal de Saúde respeitando o que dispõe a Lei.

XXIII - Apreciar quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos, dentro de sua competência.

XXIV - Deliberar sobre as propostas de Orçamento Programa da Secretaria Municipal de Saúde, segundo Planos Municipais de Saúde e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

#### CAPÍTULO IV - DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O CMS/MACAÉ terá composição, de acordo com a Lei Municipal nº 1.594/95 e a Lei Federal 8142/90.

§ 1º - A cada titular corresponderá um suplente representativo da entidade e/ou instituição.

§ 2º - Os representantes titulares e respectivos terão sua designação formalizada por ato do Prefeito.

§ 3º - As funções dos membros do CMS/MACAÉ não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante à população.

§ 4º - Farão parte como observadores convidados do CMS/MACAÉ :

§ 5º - Os servidores municipais membros do CMS/MACAÉ quando no exercício de atividades do Conselho terão seus pontos e/ou

*[Handwritten signature and stamp]*  
Alfredo da Costa  
Observador Geral do Conselho  
Município de Macaé

freqüências/liberados e abonados mediante declaração comprobatória.

## CAPÍTULO V - DA INDICAÇÃO DAS ENTIDADES

### MOVIMENTOS E INSTITUIÇÕES

Art. 5º - A indicação das Entidades, Movimentos e Instituições se dará conforme a Lei Municipal nº

§ 1º - A renovação do CMS/MACAE dar-se-á no primeiro trimestre do ano, a cada 02 (dois) anos. A gestão eleita tomará posse na primeira Reunião do CMS/MACAE após sua homologação.

§ 2º - As entidades e movimentos organizados indicados para comporem o CMS/MACAE terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 3º - O processo de renovação bianual do CMS/MACAE deverá contar com amplas discussões por 03 (três) meses que antecedem a Conferência Municipal de Saúde, envolvendo o conjunto de entidades e movimentos organizados.

§ 4º - No caso de desistência, renúncia ou abandono ou extinção de mandato de conselheiros, conf. Art. 4 de alguma entidade ou movimento, a sua substituição será feita por outra entidade ou movimento do mesmo segmento, por convocação do Secretário Municipal de Saúde, aprovada pelo Colegiado Pleno e realizada através de Edital Pública, ficando o preenchimento da vaga estabelecido entre seus semelhantes excetuando-se o previsto no Art.6.

## CAPÍTULO VI - DAS INDICAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

### DOS MEMBROS REPRESENTANTES

Art. 6º - Os membros representantes titulares e suplentes dos 03 segmentos no CMS/MACAE deverão ser indicados expressamente mediante correspondência específica dirigida à Presidência do CMS/MACAE, pelo titular da instituição pública ou representante legal da entidade e/ou movimento respectivo, sendo empossados automaticamente após homologação.

*[Assinatura]*  
Procurador Geral do Município  
Município de Oliveira Verdes  
20 de Maio de 2016

§ 1º - A substituição do(s) membros (s) titular(s) ou suplente (s), sempre que entendido necessário pela instituição ou entidade representada, também se processará nos termos do "caput" deste artigo.

§ 2º - No caso de afastamento temporário ou/ definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente, com direito a voto.

§ 3º - Os membros suplentes presentes às reuniões do CMS/MACAE terão assegurados o direito a voz, mesmo na presença dos titulares.

#### CAPÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º - O CMS/MACAE tem a seguinte organização:

- 1 - Colegiado Pleno
- 2 - Presidência
- 3 - Secretaria Executiva

Art. 8º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAE é o órgão de deliberação superior plena e conclusiva, configurada pela reunião Ordinária ou Extraordinária dos membros dos Conselhos designados, que cumpram os requisitos do funcionamento estabelecido neste Regimento.

§ 1º - O Presidente, do CMS/MACAE é o Secretário Municipal de Saúde, conforme dispõe a Lei nº 1.594/95.

§ 2º - O Colegiado Pleno poderá contar com assessorias técnicas solicitadas e estabelecidas pelo Conselho com a finalidade de atender as suas necessidades de funcionamento.

§ 3º - A constituição das assessorias técnicas será estabelecida em resolução própria e deverá estar embasada na explicitação de suas finalidades, objetivos componentes, atribuições e demais regras que identifiquem claramente sua natureza.

Art. 9º - A Secretaria Executiva terá como finalidade operacionalizar as atividades do CMS/MACAE juntamente com o seu Presidente e terá um secretário indicado pelo Secretário Municipal de Saúde e contará com membros do CMS/MACAE, escolhidos /////

11/11/76  
Waldemar  
Secretário Geral do Município  
de Manaus



§ 1º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ é soberano para substituição qualquer membro da Secretaria Executiva por ele indicado, quando necessário.

§ 2º - A Secretaria Executiva terá composição tripartide paritária proporcional a do CMS/MACAÉ.

- 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde ;
- 01 representante dos profissionais de saúde ;
- 02 usuários.

§ 3º - A cada membro da Secretaria Executiva corresponderá um suplente.

§ 4º - A Secretaria Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada 15 (quinze) dias e, extraordinariamente, quando convocada por seus integrantes pelo CMS/MACAÉ, pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 10º - A Secretaria Executiva é a unidade de apoio administrativo de articulação técnica do Colegiado Pleno e contará com Corpo Técnico e Administrativo, integrado por Assistentes Técnicos e Pessoal Administrativo, todos de órgãos públicos, sem qualquer ônus adicional.

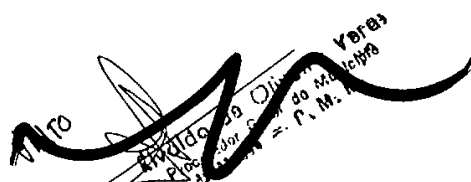
Art. 11º - A Secretaria Municipal de Saúde proporcionará ao CMS/MACAÉ as condições para o seu pleno e regular funcionamento e lhe dará o suporte técnico-administrativo e financeiro necessário, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados.

#### CAPITULO VIII - DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ reunir-se-á em dependências que lhe forem destinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, em reuniões ordinárias com periodicidade quinzenal por convocação do seu Presidente e extraordinariamente, quando convocado na forma regimental.

§ 1º - O CMS/MACAÉ reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias, especiais ou urgentes, quando houver:

- a - Convocação formal de 25% (vinte e cinco por cento) de seus membros titulares.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Poder Executivo" and "Município de Macaé". To the right of the stamp, the name "Vereador" is visible.

b - Solicitação formal do Conselho Estadual de Saúde/RJ;

c - Convocação formal do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º - O Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros, em efetivo exercício considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo as atividades dirigidas pelo seu Presidente ou seu substituto. Na ausência de ambos o Colegiado Pleno designará o Presidente da sessão.

§ 3º - O CMS/MACAÉ deliberará por maioria simples dos Conselheiros em efetivo exercício nas matérias gerais e com quorum qualificado de 2/3 (dois terços) nas matérias especiais - Orçamento, Plano Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Destinação e Aplicação de Recursos e Outras Fontes, Alteração do presente Regimento e Solicitação de auditoria - considerando os suplentes que estiverem em exercício, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto.

§ 4º - Fica assegurado a cada um dos membros participantes das reuniões do CMS/MACAÉ o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação a matéria não poderá ser discutida no seu mérito.

§ 5º - Cada membro terá direito a um voto.

§ 6º - A votação será nominal.

§ 7º - Em caso de empate, a matéria será remetida para nova apreciação e persistindo o empate, o conjunto dos representantes dos usuários terá o direito ao voto de desempate.

§ 8º - As reuniões serão públicas.

Art. 14 - O CMS/MACAÉ quando entender oportuno poderá, convidar para participar de suas reuniões e atividades, técnico ou representante de instituições ou da sociedade civil organizada, desde que diretamente envolvida no (s) assunto (s) que estiver (em) sendo tratado(s).

Art. 14 - A entidade membro do CMS/MACAÉ que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas sem

*[Handwritten signature and stamp]*  
Visto  
de Oliveira  
P. 14

desistência formalizada, será substituída por outra entidade ' representativa do mesmo segmento, após convocação por Edital ' Público para preenchimento da vaga.

Parágrafo Único - No caso de afastamento temporário de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente, com di reito a voto, em sendo definitivo caberá indicação de novo su- plente.

Art. 15 - As questões sujeitas a análise do CMS/MACAB serão ' classificadas por ordem cronológica de entrada no Protocolo e distribuídas aos Conselheiros, pela Secretaria Executiva do CMS/MACAÉ para manifestação.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou relevância, o CMS/MA- CAÉ, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabele- cida neste artigo.

Art. 16 - A sequência dos trabalhos do Colegiado Pleno e das reuniões será a seguinte:

- I - verificação da presença e existência de " quorum" para instalação do Colegiado Pleno;
- II - aprovação da Ata da reunião anterior;
- III - leitura e despacho do expediente;
- IV - ordem do dia compreendendo leitura, discussão e votação de relatórios, pareceres e resoluções;
- V - organização da pauta da próxima reunião;
- VI - distribuição dos processos e temas;
- VII - escolha e designação dos relatores;
- VIII - informações gerais.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou de relevância, o CMS/ MACAÉ, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabe- lecida neste artigo.

Art. 17 - A Ordem do Dia será organizada prioritariamente com os processos apresentados para discussão acompanhados dos pare- ceres dos respectivos relatores, e com aqueles cuja discussão' ou votação tiver sido adiada.

*Ulvo*  
Divisão de Ombudsman  
Processo nº 1.111.111  
do Município de P. M. B.  
de 1998

Parágrafo Único - A Ordem do Dia aprovada na sequência prevista no artigo 16, será comunicada prévia e formalmente, a todos os Conselheiros, com antecedência mínima de 07 (sete) dias para as reuniões ordinárias e de 03 (três) dias para as extraordinárias, salvo em situações emergenciais.

Art. 18 - A cada reunião do Colegiado Pleno os Conselheiros ' configurarão sua presença em livro próprio e a Secretaria do CMS/MACAÉ lavrará uma ata com exposição sucinta dos trabalhos conclusões, deliberações e resoluções a qual deverá ser entregue aos Conselheiros com antecedência e aprovada em reunião su bsequente, devendo conter as posições quando solicitado.

Art. 19 - Em torno da competência estabelecida no Art. 3<sup>o</sup>, as deliberações do CMS/MACAÉ, em seu Colegiado Pleno, podem ser ' de natureza normativa, recomendativa ou deligencial.

Art. 20 - Na execução das deliberações do CMS/MACAÉ, serão ob servadas as seguintes disposições legais e de código de ética' indicentes na prestação de serviços assistenciais de saúde.

Art. 21 - As deliberações do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, se rão materializadas em resoluções e homologadas pelo Prefeito ' municipal no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, com conse<sup>q</sup>uente publicação no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - As deliberações normativas do CMS/MACAÉ que impliquem na adoção de medidas administrativas da alçada priva tiva do Secretário, serão apreciadas pelo Secretário ou seu su bstituto legal e em caso de serem obstradas, deverão devolvi-' das à instância de origem, com exposição dos seus motivos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da deliberação.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal de Saúde não homolo-' gue as deliberações do CMS/MACAÉ, no prazo estabelecido nes-

União  
Estado da Paraíba  
Procurador  
P. M. R.

nesta, na reunião, devendo ser confirmada por 2/3 dos conselheiros em efetivo exercício, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, e remetido para reconsideração.

#### CAPÍTULO IX - DOS ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 22 - O Colegiado Pleno tem por atribuição avaliar e propor soluções dos problemas submetidos ao CMS/MACAÉ, conforme as competências definidas no art. 3º.

Art. 23 - As assessorias do CMS/MACAÉ, tem por atribuição pronunciar-se, emitindo parecer e recomendações sobre as matérias encaminhadas pelo Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ.

Art. 24 - A Secretaria Executiva tem por atribuição, proceder ao encaminhamento e execução de todas as providências, recomendações e decisões do CMS/MACAÉ, responsabilizando-se por:

I - Formalizar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ e de suas Comissões.

II- Organizar a pauta das reuniões junto aos membros do CMS/MACAÉ, ao final das plenárias, encaminhando-a com antecedência aos membros do CMS/MACAÉ conforme parágrafo único do art. 17.

III- Secretariar e registrar as reuniões do CMS/MACAÉ, remetendo cópia das Atas das Reuniões para os seus conselheiros.

IV - Dar ciência de todas as correspondências recebidas e expedidas.

V - Operacionalizar todos os assuntos administrativos, econômicos, financeiros e técnico-operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, dentro de suas atribuições específicas.

VI - Dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do Colegiado Pleno do CMS/MACAÉ, através de relatório oferecido a cada trimestre, com dados fornecidos pelo Serviço Administrativo.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Direção Municipal" and "M. M." at the bottom. The signature is written in a cursive style.

trimestre de cada ano com dados fornecidos pelo serviço administrativo.

VIII - Dirigir, orientar e supervisionar os serviços administrativos.

IX - Manter intercâmbio constante com as unidades do Sistema Único de Saúde, articulando os entendimentos necessários ao aprimoramento do mesmo.

Art. 25 - Aos Conselheiros compete:

I - Estudar e relatar nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem atribuídas pelo Colegiado Pleno.

II - Comparecer ao Colegiado Pleno, às Assessorias e às Comissões das quais participem, relatando processos, proferindo voto ou pareceres manifestando-se a respeito de matérias em discussão.

III - Requerer votação de matéria em regime de urgência.

IV - Desempenhar outras atribuições que lhes forem atribuídas pelo Colegiado Pleno.

V - Deliberar criação de Comissões.

VI - Deliberar sobre os pareceres emitidos pelas Comissões.

VII - Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse para a Saúde.

VIII - Fiscalizar o funcionamento de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Colegiado Pleno.

Art. 26 - Aos membros integrantes das Comissões compete examinar e relatar assuntos que lhe forem atribuídos, votar aqueles submetidos a exame e solicitar vistas daqueles assuntos distribuídos a outros membros.

Art. 27 - Ao Presidente do CMS/MACAE compete:

I - Presidir as reuniões do Colegiado Pleno.

II - Instalar as Comissões.

III - Representar o CMS/MACAE na articulação com os assessores e Coordenadores das Comissões, para fiel desempenho do

*[Handwritten signature]*  
Procurador Geral do Município  
Macae - P. M. M.

desempenho do cumprimento de suas atribuições e promover medidas de origem administrativa necessárias ao seu funcionamento.

IV - Representar o CMS/MACAÉ, nos entendimentos com dirigentes dos demais Órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e de outros Órgãos do Poder Público, no interesse dos assuntos comuns.

V - Representar o CMS/MACAÉ, em suas relações internas e externas.

#### CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 - Ficam subordinadas à aprovação do Colegiado do CMS/MACAÉ todas as ações da Fundação e Fundos vinculados ao Governo Municipal de Niterói integrantes do Sistema Único de Saúde, conforme legislação federal específica.

Art. 29 - A Legislação, Regulamentação e Regimentos Internos das Instituições Públicas do Município de Niterói integrantes do Sistema Único de Saúde, deverão ser compatibilizadas com a Lei Orgânica de Saúde e sua regulamentação.

Art. 30 - As propostas de alteração deste regimento, para serem admitidas à discussão, deverão estar subscritas pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do CMS/MACAÉ, em efetivo exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO - Apresentada a proposta em sessão do Colegiado Pleno, serão distribuídas cópias aos conselheiros presentes, convocando-se sessão extraordinária para discussão e votação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerar-se-á aprovada a proposta que alcançar a aquiescência de 2/3 (dois terços) dos membros do CMS/MACAÉ em efetivo exercício.

Art. 31 - Os casos omissos e não resolvidos por este Regimento Interno, serão supridos pelo Colegiado Pleno do CMS/NIT, ouvida a Secretaria Executiva.

Art. 32 - Este Regimento Interno, entrará em vigor na data de sua publicação, após sua aprovação pelo CMS/MACAÉ, ficando revogada qualquer disposição em contrário.

*Alto*  
Assinado por: *[Assinatura]*  
Procurador Geral do Município